

País paga US\$ 4,7 bi em

CECÍLIA COSTA

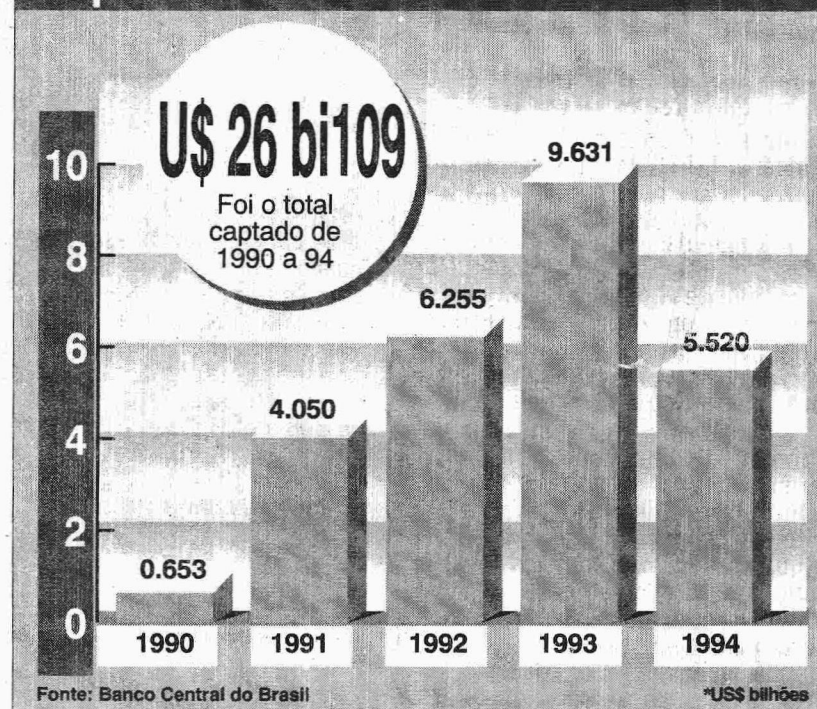
Dos US\$ 26 bilhões de bônus e títulos colocados no mercado internacional nos últimos cinco anos por estatais, empresas privadas e bancos brasileiros, estão vencendo ao longo deste ano US\$ 4,7 bilhões. Mais da metade deste valor, segundo operadores do mercado financeiro brasileiro e economistas, terá que ser paga em dinheiro, acarretando perda de reservas internacionais para o país da ordem de US\$ 3 bilhões.



Destes US\$ 4,7 bilhões de títulos que vencem em 95, US\$ 3,7 bilhões referem-se a lançamentos feitos através de ofertas públicas — ou seja, abertas a todos os investidores internacionais — e US\$ 1 bilhão refere-se a emissões privadas, feitas junto a clientes previamente acordados. No primeiro caso, a renovação do título, no momento, é praticamente impossível, já que os bancos e corretoras internacionais se encontram totalmente retraídos para papéis do Brasil, Argentina e México; muitas dessas instituições fecharam suas mesas de papéis de países emergentes, tendo despedido operadores, ou obrigaram seus diretores financeiros a se desfazerem de suas carteiras latino-americanas. No segundo caso, a renovação ainda é possível, mas a um custo elevado, já que a taxa de risco do Brasil subiu uns 300 pontos no início deste ano — o que quer dizer que, para vender no exterior papéis de seis meses, empresas e bancos brasileiros estão tendo que arcar com juros de 12% ao ano, contra os 6% ao ano do papéis do tesouro americano, os Treasury Bills. Antes da crise no México, o Brasil pagava no máximo 9%.

Foi a crise mexicana que se- cou a fonte. No início de dezembro do ano passado, antes da desvalorização da moeda mexicana, o Brasil ainda esperava

Captação via títulos e bonus*



para este ano captar mais uns US\$ 6 bilhões a US\$ 10 bilhões em bônus no mercado internacional, contando que a renovação dos compromissos assumidos em anos anteriores seria líquida e certa. Para pagar títulos antigos, bastaria a empresa ou banco brasileiro emitir novos títulos. Ou seja, a dívida em bônus, esperava-se, seria facilmente rolada e a uma boa taxa.

Com a derrocada do México e a crise argentina, a confiança em todos os grandes emissores de papéis da América Latina foi atingida e está descartada a hipótese de o Brasil emitir títulos e bônus de dois anos de prazo, mesmo com opção de resgate em um ano. É por isso que muitas estatais — Vale e Petrobras, por exemplo — e grandes bancos, como o Banco do Brasil, estão pagando seus títulos com dinheiro. Não querem arcar com juros elevados, que podem subir ainda mais se o Federal Reserve aumentar novamente as taxas nos EUA, para interromper a derra-

ragem do dólar.

Empresas de porte médio, porém, e bancos têm optado pela renovação por 180 dias — correndo o risco do encurtar o prazo da dívida e aceitando os juros de 12% ao ano. Têm o consolo de verem empresas argentinas e mexicanas pagarem mais — 14% a 15%. Outro consolo é saber que os juros no Brasil, em apenas três meses, chegam a 18% (últimas Notas do Tesouro Cambial colocadas pelo Banco Central).

Um dado curioso: a menor taxa paga por bancos brasileiros no exterior é a dos Certificados de Depósito Bancário que essas instituições emitem lá fora, geralmente para vender para brasileiros que têm dinheiro no exterior. Esses CDBs, de três meses, têm taxas de 8,5% a 9%, enquanto os títulos americanos de três meses rendem ao ano 5,81%.

Na página 28, 'Kissinger: 'Brasil não repetirá México'

títulos este ano